

1 **ATA DA 57ª REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE**  
2 **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS.**

3  
4 Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às quatorze horas e trinta minutos,  
5 na Sala de Reuniões da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
6 – IFG, realizou-se a quinquagésima sétima reunião do Conselho Superior – Consup, para tratar  
7 dos seguintes pontos de pauta: 1) Informes; 2) Aprovação da 56ª Ata do Consup; 3) Prestação de  
8 Contas e Relatório de Gestão 2018; 4) Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna 2018; 5)  
9 Regulamento do Processo Eletrônico do IFG; 6) Proposta de revisão do Regimento do Consup; 7)  
10 Metodologia para as eleições de Diretores-Gerais (Câmpus Águas Lindas, Goiânia Oeste,  
11 Senador Canedo e Valparaíso; 8) Metodologia para discussão do Regimento Geral; 9) Submissão  
12 à Capes da proposta do Mestrado Profissional em Tecnologia, Gestão e Sustentabilidade  
13 (Câmpus Goiânia). A reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho Superior, professor  
14 Jerônimo Rodrigues da Silva, e secretariada pela servidora Fernanda Eline de Oliveira, Redatora,  
15 com a presença dos Conselheiros: Alessandro Ribeiro de Sousa, Aline Silva Barroso, Ana Lúcia  
16 Siqueira de Oliveira, Elder Geraldo Domingues, Fernando Augusto Messias, Fernando dos Reis  
17 de Carvalho, João Rocha de Assis, José Carlos Barros Silva, Kepler Benchimol Ferreira, Luiz  
18 Simão Staszczak, Moisés Gregório da Silva, Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon, Patrícia  
19 Santiago Vieira Furtado, Rhermam de Souza Pires, Rosilda da Rocha Campos, Sandro Ramos de  
20 Lima, Shilton Caldeira Nunes e Thiberio Jardim de Oliveira. Justificaram a ausência os  
21 Conselheiros: Alice Alves Lima, Claudinei Souza França, Márcia Pereira Carvalho, Tharles Júnior  
22 de Souza e Vicente Pereira de Almeida. Não compareceram à reunião os Conselheiros: Alan  
23 Dumont Clemente, Hélio Naves, Márcio César Pereira e Marques Teodoro Gontijo Silva. O  
24 presidente do Conselho iniciou a reunião agradecendo a presença dos conselheiros e dos  
25 convidados presentes, servidores da Pró-Reitoria de Administração – Proad e da Auditoria Interna,  
26 e do servidor Rodrigo Mendes, Assessor de Planejamento Institucional. Dando início aos pontos  
27 de pauta, o presidente colocou a 56ª Ata em apreciação, que em votação, foi aprovada. As  
28 justificativas de ausência encaminhadas à secretaria foram colocadas em apreciação. O  
29 conselheiro Sandro de Lima manifestou discordância em relação às justificativas por motivos  
30 pessoais. O pleno concordou, então, em não acatar as justificativas dos conselheiros Alan Dumont  
31 Clemente e Marques Teodoro Gontijo Silva. O conselheiro Sandro propôs a elaboração de uma  
32 moção de solidariedade à professora Camila de Souza Marques Silva, do Câmpus Águas Lindas  
33 de Goiás, que foi levada à delegacia sem saber o motivo da ação da polícia em seu Câmpus. O  
34 Presidente explicou os fatos ocorridos no referido Câmpus, no dia quinze de abril, em que houve  
35 denúncia de ameaças por parte de estudantes. Ressaltou que a abordagem dos policiais  
36 aconteceu de forma errônea e que a Instituição está apurando a ação da polícia e dos envolvidos  
37 no Câmpus, por Sindicância, pois houve uma sequência de erros. O conselheiro Alessandro  
38 Ribeiro de Sousa questionou se os estudantes eram menores. O conselheiro Sandro afirmou que  
39 os três estudantes investigados eram menores e esclareceu que eles não foram abordados por  
40 nenhum servidor previamente. Além disso, a ação da polícia não foi acompanhada por nenhum  
41 servidor. Dessa forma, a moção de solidariedade será para a professora abordada na ocasião,  
42 que estava trabalhando no momento da abordagem. O conselheiro Kepler Benchimol Ferreira  
43 questionou se em uma Instituição Federal, a polícia civil poderia agir. O presidente esclareceu  
44 que, dependendo do assunto, sim. Em votação, a moção de solidariedade foi acatada. O  
45 Presidente então sugeriu que três conselheiros se dispusessem para a escrita da moção. Os  
46 conselheiros Fernando Augusto, Sandro de Lima e Rosilda da Rocha Campos se dispuseram. A  
47 palavra foi passada ao servidor Rodrigo, para apresentação do Relatório de Gestão. O servidor  
48 Rodrigo explicou o novo formato proposto pela Controladoria Geral da União – CGU, que deve ser  
49 produzido para a comunidade (e não mais para a equipe de auditoria externa). Explicou as partes  
50 do relatório e as referências para construção do documento. Deu destaque para o índice de  
51 Titulação do Corpo Docente – ITCD, que é um dos maiores da Rede Federal. Para discorrer sobre  
52 a gestão orçamentária e financeira, a palavra foi passada para o conselheiro José Carlos Barros



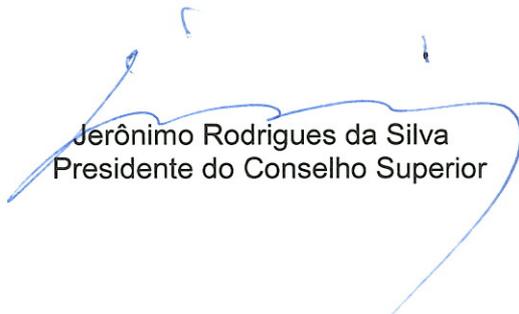
**INSTITUTO FEDERAL**  
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS  
REITORIA

53 Silva, Pró-Reitor de Administração. O conselheiro esclareceu que os dados apresentados  
54 diferenciam-se do método da plataforma Nilo Peçanha. Apresentou dados sobre os valores da Lei  
55 Orçamentária Anual – LOA, os valores pagos para capacitação de servidores e os Termos de  
56 Execução Descentralizada – TEDs. A palavra foi passada para o servidor Dean Marden, Auditor  
57 Chefe, que explicou que o Relatório de auditoria Interna – Raint referente a 2018 deve ser  
58 apreciado, mas não gera Resolução nem precisa de aprovação por este Conselho. Explicou  
59 que a Auditoria cumpriu praticamente todo o Raint. Explicou as ações previstas e executadas e a  
60 materialidade do Núcleo de Auditoria Interna. Apresentou o que não pôde ser auditado, como  
61 auxílio moradia, por não ter sido consedido, retribuição por titulação e incentivo a qualificação.  
62 Explicou quais são cada um dos relatórios de Auditoria. Sobre o relatório de Auditoria, explicou  
63 que houve avanço nos regulamentos, na transparência etc. Ressaltou que o importante agora é a  
64 execução do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. O servidor Rodrigo agradeceu o  
65 auxílio do servidor Dean e do servidor José Carlos e a todos os outros servidores que auxiliaram  
66 na construção do relatório, como o servidor Weber Tavares Junior, e a servidora Denise Talitha  
67 Soares Carneir, que tabulou os dados. O servidor Dean explicou que o Relatório de Gestão faz  
68 parte da prestação de contas. Os assuntos apresentados foram colocados em apreciação. O  
69 conselheiro Shilton questionou por que foi utilizada verba de assitência ao aluno pela Reitoria. O  
70 conselheiro José Carlos explicou que isso se deu porque um aluno sofreu acidente nos Jogos dos  
71 Institutos Federais – JIF. O conselheiro Thibério Jardim de Oliveira pontuou que desde a criação  
72 do Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefet, percebe que a Instituição tem a tendência  
73 de migrar para o nível superior, e dessa forma tem regredido na formação de nível técnico. O  
74 Presidente explicou que, de acordo com a Lei nº 11.892/2008, temos que oferecer até 50% de  
75 cursos técnicos integrados. O conselheiro José Carlos explicou que a conta é baixa porque o  
76 quantitativo de cursos na modalidade EJA é apreentado separadamente do quantitativo do técnico  
77 integrado regular. A conselheira Aline Silva Barroso apontou que ofertamos 66% das vagas de  
78 cursos técnicos. O conselheiro Thiberio apontou que há muitas novas instituições em Goiás  
79 oferecendo cursos para tecnologias, e que percebe que a oferta está sendo reduzida nas  
80 instituições públicas. Questionou se o IFG está capacitando os estudantes para essas novas  
81 demandas, com abertura de cursos, preocupação com sustentabilidade, etc. O Presidente  
82 explicou que o momento não é o mais propício para abertura de cursos, por conta do cenário  
83 político. O conselheiro Sandro esclareceu que, no ano passado, no Congresso Institucional, foi  
84 renovada a meta de oferta de ensino gratuito técnico integrado, incluindo a modalidade EJA.  
85 Esclareceu também que estamos ofertando mais do que prevê a lei, que é 50% das vagas. O  
86 conselheiro Sandro aproveitou ainda para parabenizar os autores do Relatório de Gestão. O  
87 conselheiro Luiz Simão Staszczak elogiou o relatório no novo modelo apresentado, que é melhor  
88 para acesso da comunidade. Afirmou que essa dinâmica está sendo implantada em nível  
89 nacional. Sobre a sugestão de abertura de novos cursos, relatou que está grato por acompanhar a  
90 apresentação desse relatório de gestão e parabenizou o trabalho de Auditoria. O Presidente  
91 colocou em votação os documentos apresentados, a prestação de contas e o Relatório de Gestão.  
92 Em votação, os documentos foram aprovados. Agradeceu a presença dos convidados e conduziu  
93 a reunião para a apreciação do Regulamento do Processo Eletrônico do IFG. Para a relatoria do  
94 parecer, a palavra foi passada para a conselheira Aline. Ela convidou o servidores Cristiano  
95 Domingues da Silva e Douglas Rolins de Santana, para explicarem o que é o projeto. O servidor  
96 Douglas explicou a importância do projeto para a instituição. Cristiano esclareceu que a proposta  
97 é a diminuição do uso de papel, para passarmos à tramitação digitalizada dos documentos, de  
98 forma eletrônica. Dessa forma, haverá mais transparência e diminuição de custos. A construção  
99 do projeto teve como referência o projeto da Receita Federal, e-Processo. A Diretoria de  
100 Tecnologia da Infomração – DTI tratará do suporte e treinamento dos sevirores e cada setor será  
101 responsável por estabelecer os trâmites dos processos que lhe dizem respeito. Cristiano ressaltou  
102 que o sistema adotado será o Suap e ainda, que o Decreto nº 8539/2015 trouxe a necessidade  
103 desse projeto. A estimativa de economia é grande, além da sustentabilidade ambiental. Explicou  
104 também as fases do projeto. A conselheira Aline relatou que a Câmara consultiva de

105 Desenvolvimento Institucional considerou a importância econômica, social e ambiental do projeto.  
106 Sobre o texto do Regulamento, a Câmara propôs um texto para um capítulo inicial sobre os  
107 objetivos do projeto. A Câmara sugeriu também alteração na composição do Comitê Gestor, para  
108 que haja participação da Assessoria de Planejamento Institucional. A Câmara propôs também que  
109 a presidência do Comitê não seja um representante da Proad, como estava previsto, mas da DTI.  
110 Sugeriu uma tabela de temporalidade a ser construída. Considerando as alterações propostas, a  
111 Câmara manifestou-se favorável à aprovação do documento e parabenizou a comissão  
112 responsável. A conselheira Oneida ponderou que a Assessoria de Planejamento não constituiu o  
113 Regimento Geral e o Estatuto. A conselheira Aline afirmou que o setor que está previsto no  
114 regimento como parte da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos –  
115 PRODIRH. O conselheiro Thiberio questionou se a opção do sistema apresentado não trará  
116 prejuízo ao atendimento presencial. O servidor Douglas explicou que o atendimento presencial  
117 continuará da mesma forma, nos setores que atendem ao público. Esclareceu que a mudança  
118 será na manipulação e na tramitação de processos. O servidor Cristiano ponderou que se espera  
119 uma melhoria no atendimento, pois a tramitação e a espera de assinatura de documentos terão  
120 fluxo mais rápido. O conselheiro Sandro questionou qual seria o risco de um *bug*, de um  
121 apagamento de nossa memória, ou a vulnerabilidade da segurança. O conselheiro Fernando  
122 Augusto saudou a equipe envolvida nesse processo e ressaltou que há uma grande dificuldade da  
123 mudança da cultura institucional e que haverá um trabalho muito grande, portanto o  
124 acompanhamento precisa ser árduo. Questionou sobre a segurança e a assinatura digital dos  
125 documentos. O servidor Cristiano explicou que haverá assinatura digital, com *QR Code*, além do  
126 gerenciamento de segurança. Ressaltou que o gerenciamento de backup está situado no Câmpus  
127 Goiânia e no Câmpus Goiânia Oeste. O conselheiro Kepler parabenizou o trabalho da comissão e  
128 afirmou que haverá um grande impacto na Instituição. O Presidente colocou em votação o parecer  
129 apresentado, que foi aprovado. O servidor Douglas ressaltou que serão noventa dias para que o  
130 Regulamento entre em vigor. A reunião foi conduzida então para o próximo item da pauta, a  
131 revisão do Regimento do Consup. A conselheira Ana Lúcia Siqueira de Oliveira explicou as  
132 sugestões apresentadas pela Câmara. O conselheiro Sandro alegou que não teve acesso aos  
133 documentos, pois não chegaram até o último dia útil da semana anterior. A conselheira Aline  
134 afirmou que o prazo foi curto para elaboração dos pareceres, por isso o envio tardio. Em votação,  
135 a proposição de Sandro de adiar o ponto de pauta para a próxima reunião foi aprovada. Acordou-  
136 se que a Metodologia para discussão do Regimento Geral, que seria o próximo assunto a ser  
137 tratado, também foi adiado para a próxima reunião por não ter sido encaminhado aos conselheiros  
138 em tempo ábil. A Metodologia para as eleições de Diretores-Gerais (Câmpus Águas Lindas,  
139 Goiânia Oeste, Senador Canedo e Valparaíso), apesar de também não ter sido encaminhada aos  
140 conselheiros com a antecedência necessária, foi mantida na pauta, em votação, para não haver  
141 prejuízo no cronograma. A conselheira Aline explicou que a comissão formada, na reunião  
142 anterior, por ela, a conselheira Oneida Cristina Barcelios Irigon e o conselheiro Moisés Gregório  
143 da Silva, utilizou o mesmo modelo do regulamento da última eleição para diretores, com as  
144 atualizações e adequadas necessárias. Dessa forma, as adequações feitas no documento foram  
145 apresentadas. Sobre a proposta de cronograma, que foi entregue impressa aos conselheiros, o  
146 conselheiro Kepler ressaltou que o prazo para recursos da lista de eleitores é curto. Aline explicou  
147 que o período previsto está equivalente ao da eleição anterior, e que o processo de recurso é  
148 protocolado nos próprios Câmpus pela Comissão Local. O conselheiro Rherman de Souza Pires  
149 questionou por que a posse dos eleitos não está prevista no cronograma. O presidente explicou  
150 que a posse depende de agenda e será dada pelo Reitor. A conselheira Patrícia Santiago sugeriu  
151 que, para que o aplicativo *IFG Mobile* valha como identificação dos estudantes, seja acrescido que  
152 deve conter a foto. A proposta foi acatada. O conselheiro Shilton sugeriu aumentar um dia no  
153 prazo para recursos. A proposta também foi acatada. O conselheiro Fernando Augusto sugeriu  
154 redução do prazo de aviso para visitar as salas de aula. Sobre o quantitativo de votos válidos,  
155 Aline questionou o pleno sobre percentual de votos, se acrescentaria a palavra “válidos”. Acordou-  
156 se o acréscimo da palavra “nulos” junto a “brancos” sobre votos não válidos. Aprovado o

157 Regulamento proposto pela comissão, o Presidente deflagrou a abertura do processo eleitoral. A  
158 comissão do Consup deverá ir aos Câmpus para formar as comissões locais. Para o próximo  
159 assunto da pauta, a proposta de submissão do projeto do curso de Mestrado Profissional em  
160 Tecnologia, Gestão e Sustentabilidade (Câmpus Goiânia) à Coordenação de Aperfeiçoamento de  
161 Pessoal de Nível Superior – CAPES, o servidor Paulo Francinete, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-  
162 Graduação fez a leitura do parecer da Pró-Reitoria. A conselheira Patrícia observou que o  
163 programa anterior foi descredenciado pela nota 2, mas nos documentos, o coordenador do curso  
164 diz que não haverá alterações na carga horária, docentes, estrutura. Dessa forma, questionou  
165 qual a proposição de melhoria para abrir novo curso. O Pró-Reitor Paulo esclareceu que será um  
166 novo programa, com um corpo docente reduzido em relação ao anterior, para melhorar o conceito,  
167 com professores mais produtivos academicamente. Portanto, não será o mesmo curso corrigindo  
168 as deficiências. É uma proposta de um novo curso, com a mesma infraestrutura, pois o Câmpus é  
169 o mesmo. O conselheiro Fernando Augusto questionou se a nova proposta de curso conseguirá  
170 superar a falta de produção científica do anterior. Paulo Francinete explicou que é a submissão de  
171 nova proposta à Capes, podendo ser indeferida ou deferida. Não será, portanto, uma  
172 readequação de um curso que foi reprovado, mas um novo. Em votação, a submissão foi  
173 aprovada. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença e a participação de  
174 todos e encerrou a reunião às dezessete horas e cinquenta minutos. Eu, Fernanda Eline de  
175 Oliveira, lavrei a presente Ata.



Jerônimo Rodrigues da Silva  
Presidente do Conselho Superior

Representantes do Colégio de Dirigentes do IFG



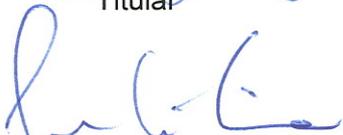
José Carlos Barros Silva  
Titular

Amaury França Araújo  
Suplente



Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon  
Titular

Daniel Silva Barbosa  
Suplente



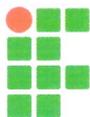
Sandro Ramos de Lima  
Titular

João Marcos Bailão de Lima  
Suplente



Aline Silva Barroso  
Titular

Ubaldo Eleutério da Silva  
Suplente



Ana Lúcia Siqueira de Oliveira  
Titular

Reinaldo de Lima Reis Junior  
Suplente

178

Representantes dos servidores Docentes

  
Patrícia Santiago Vieira Furtado 179  
Titular 180  
181

Renato Araújo Teixeira  
Suplente

Elder Geraldo Domingues  
Titular

Wagner Pereira Lopes  
Suplente

Alan Dumont Clemente  
Titular

Nilton Ricetti Xavier de Nazareno  
Suplente

  
Moisés Gregório da Silva  
Titular

Vandré Antonio de Assis Gomes  
Suplente

  
Fernando dos Reis de Carvalho  
Titular

Alan de Freitas Oliveira  
Suplente

Representantes dos servidores Técnico-Administrativos

182

  
Fernando Augusto Messia 183  
Titular 184  
185

Reginaldo de Fátima Gomes Pacheco  
Suplente

Shilton Caldeira Nunes  
Titular

  
Rafael Cortês Ferreira  
Suplente

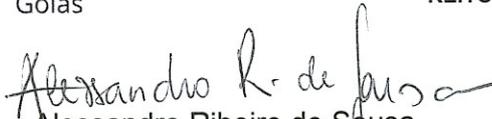
  
Kepler Benchimol Ferreira  
Titular

Alexandre Borges Fernandes Camozzi  
Suplente



**INSTITUTO FEDERAL**  
Goiás

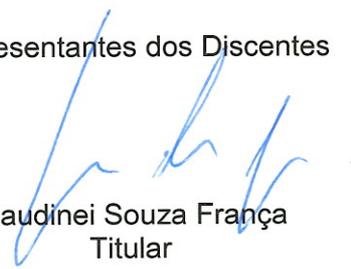
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS  
REITORIA

  
Alessandro Ribeiro de Sousa  
Titular

Renistenes Eunice Costa Campelo  
Suplente

  
Charles Júnior de Souza  
Titular

Representantes dos Discentes

  
Claudinei Souza França  
Titular

Alice Alves Lima  
Titular

Marques Teodoro Gontijo Silva  
Titular

Representantes dos Egressos

186  
187  
188

  
Thiberio Jardim de Oliveira  
Titular

João Batista da Silva  
Suplente

189

João Rocha de Assis  
Titular

  
Davi Miranda Silva  
Suplente

Representantes da SETEC/MEC

190

  
Vicente Pereira de Almeida

Luiz Simão Staszczak

Titular

Suplente

Representante da Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Goiás

191

Márcio César Pereira  
Titular

192

Representantes da Federação das Indústrias do Estado de Goiás

193

Hélio Naves  
Titular

Ivan da Glória Teixeira  
Suplente

Representantes da Federação do Comércio do Estado de Goiás

194

Márcia Pereira Carvalho  
Titular

Rosilda da Rocha Campos  
Suplente

195

Representantes da Força Sindical de Goiás

196

  
Rherman de Souza Pires  
Titular

Eugênio Francisco de Oliveira  
Suplente

197

  
Fernanda Eline de Oliveira  
Secretária do Conselho Superior